



Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 956/88

DATA: 11.11.88.

SÚMULA: Dispõe sobre o Parcelamento do Solo para Fins Urbanos no Município de Coronel Vivida e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

C A P Í T U L O I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º) - O parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Coronel Vivida, será regido pela presente lei, elaborada nos termos da Lei Federal nº 6766/79 e demais disposições sobre a matéria, complementadas pelas normas específicas de competência do Município.

Art. 2º) - O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou remembramento, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação com abertura ou efetivação de novas vias de circulação, de logradouros públicos, prolongamento ou modificação das vias existentes.

§ 2º - Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente e registrado, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, ou modificação dos já existentes.

§ 3º - Considera-se remembramento a fusão de lo



lotes destinados a edificação com o aproveitamento do sistema viário existente.

CAPÍTULO II

DAS ÁREAS PARCELÁVEIS E NÃO PARCELÁVEIS

Art. 3º) - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Zonas Urbanas devidamente definidas nas Leis Municipais de Perímetros Urbanos.

Parágrafo Único - Na Zona Rural, só será admitido o parcelamento, para implantação de indústrias ou equipamentos comunitários, com a prévia aprovação da Prefeitura Municipal e anuência do INCRA.

Art. 4º) - Não será permitido o parcelamento do solo:

- I - Em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;
- II - Nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;
- III - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo a saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;
- IV - Nas partes do terreno com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- V - Em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação, podendo a Prefeitura Municipal exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;
- VI - Em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento natural das águas, a critério do órgão competente da Prefeitura Municipal;
- VII - Em terrenos situados em áreas de preservação florestal ecológica;
- VIII - Em terrenos onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção.



CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 5º)- Os loteamentos deverão atender, os seguintes requisitos:

- I - Só poderão ser loteadas glebas com acesso direto à via pública em boas condições de trafegabilidade a critério da Prefeitura Municipal;
- II - Nenhum loteamento será aprovado, sem que o proprietário da gleba ceda à Prefeitura Municipal, sem ônus para esta, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área a lotear, que correspondem as áreas de circulação, áreas verdes e institucionais, salvo nos loteamento destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores que 10.000m² (dez mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida;
- III - Ao longo das faixas de domínio, das redes de alta tensão, das ferrovias e dutos, será obrigatório a reserva de uma faixa não edificável de 15m (quinze metros) de largura, conforme exigências dos órgãos competentes;
- IV - Ao longo das águas correntes e dormentes será obrigatório a reserva de uma faixa de proteção de 15m. (quinze metros) para cada lado das margens, a qual deverá ser cedida à Prefeitura Municipal.
 - a. A Prefeitura Municipal poderá ampliar a faixa de proteção a critério próprio, bem como exigir vias públicas marginais, paralelas e contínuas à faixa de proteção;



- b. A área correspondente à faixa de proteção não poderá ser considerada no cômputo da percentagem exigida no inciso II, deste Artigo.
- V - As vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local;
- VI - Todo o projeto de loteamento, deverá incorporar no seu traço viário, os trechos que a Prefeitura Municipal indicar, para assegurar a continuidade do sistema viário geral da cidade;
- VII - Os projetos de loteamentos deverão obedecer as seguintes dimensões:
- . Largura mínima da rua: 12m(doze metros);
 - . Largura mínima de faixa carroçável: 07m.(sete metros);
 - . Largura mínima de passeio: 2,50m.(dois metros e cinquenta centímetros);
 - . As ruas sem saída, não poderão ultrapassar 150m.(cento e cinquenta metros) de comprimento devendo obrigatoriamente conter em seu final, bolsão para retorno, com diâmetro mínimo de 20m.(vinte metros);
 - . Rampa máxima de faixa carroçável 12% (doze por cento);
 - . Comprimento máximo da quadra igual a 150m. (cento e cinquenta metros) e largura mínima de 50m.(cinquenta metros);
- VIII - As vias de circulação com mais de quatro' faixas de rolamento deverão conter canteiro central de, no mínimo, 1,50m.(um metro e cinquenta centímetros) de largura;
- IX - As vias de circulação, quando destinadas exclusivamente a pedestres, deverão ter largura mínima de 5%(cinco por cento)do com-



primento total e nunca inferior a 04m.(quatro metros);

- X - Todas as vias públicas constantes do loteamento deverão ser construídas pelo proprietário recebendo, no mínimo, meio-fio e sarjetas, galerias de águas pluviais, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica e iluminação pública e a marcação das quadras e lotes;
- a. A Prefeitura Municipal poderá exigir do proprietário do loteamento a construção de todas as obras consideradas necessárias, em vista das condições do terreno a parcelar;
- b. Nas áreas prioritárias para parcelamento, conforme especificação em mapa anexo, parte integrante desta lei, o proprietário do loteamento ficará isento da implantação da rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica e iluminação, que serão custeados pela Prefeitura.
- XI - Os parcelamentos situados ao longo de Estradas Federais, Estaduais ou Municipais, deverão conter ruas marginais paralelas à faixa de domínio das referidas estradas com largura mínima de 15m.(quinze) metros;
- XII - As áreas mínimas dos lotes bem como as testadas são as estipuladas na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e são as seguintes:

TABELA II - OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

ZONA	ÁREA MÍNIMA (m ²)	TESTADA MÍNIMA (m)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	COEFICIENTE DE APROVEITAM.	Nº.PAV.	RECUO FRONTAL (m)
ZR I	450	15	66	2.60	4	5(2)
ZR II	360	12	66	1.30	2	5(2)
ZR III	250	10	50	1.00	2(10)	5(2)
ZCC	300	10	100(1)	6.00	8	-(4)
ZCB	525	15	66	2.00	3	5(2)
ZCSI	1000	20	70	2.00	2	15(2)
ZCSII	450	15	66	2.00	3	5(2)
ZI	-	-	-	-	-	-
ZER	3000(9)	30	10	0.20	2	15
ZEP	2000(9)	40	30	0.60	2	10



- § 1º - O número, dimensões e localização aproximada das áreas verdes e institucionais serão determinadas pela Prefeitura Municipal, na expedição das diretrizes.
- § 2º - A Prefeitura Municipal poderá exigir dimensões específicas para determinadas ruas da cidade, diferente das exigências do inciso VII do artigo 5º, de acordo com o sistema viário principal.
- § 3º - Os lotes de esquina terão suas áreas mínimas acrescidas em 30%(trinta por cento) em relação ao mínimo exigido para sua respectiva zona.

C A P Í T U L O I V

DA CONSULTA PRÉVIA

Art.6º) - O interessado em elaborar projeto do loteamento deverá solicitar à Prefeitura Municipal, em consulta Prévia, a viabilidade do mesmo e as diretrizes para o Uso do Solo Urbano, apresentando para este fim os seguintes elementos:

- I - Requerimento assinado pelo proprietário, da área ou seu representante legal;
- II - Planta da gleba a ser loteada, em duas vias, na escala 1:2000, assinada pelo proprietário ou seu representante, indicando:
- Divisas da propriedade perfeitamente definidas;
 - Localização dos cursos d'água, áreas sujeitas a inundações, bosques, árvores de grande porte e construções existentes;
 - Arruamento contíguos a todo o perímetro, a localização de vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;
 - Esquema do loteamento pretendido, onde deverá constar a estrutura viária básica e as dimensões mínimas



Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

dos lotes e quadras.

III - O tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

IV - Planta de situação da área a ser loteado, em duas vias, na escala de 1:10.000,00, com indicação do norte magnético, da área total e dimensões dos terrenos e seus principais pontos de referência.

Art. 7º) - Havendo viabilidade de implantação, a Prefeitura Municipal, de acordo com as Diretrizes de Planejamento do Município e demais Legislações superiores, indicará na planta apresentada na Consulta Prévia:

I - As vias de circulação existentes ou projetadas que compõem o sistema viário da cidade e do Município, relacionadas com o loteamento pretendido, à serem respeitadas;

II - A fixação da zona ou zonas de uso predominante de acordo com a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

III - Localização aproximada dos terrenos destinados a equipamentos urbanos e comunitários e das áreas livres de uso público;

a. Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado;

b. Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

IV - As faixas sanitárias do terreno para o escoamento das águas pluviais e as faixas não-edificáveis;



Prefeitura Municipal de Coronel Vivida
 ESTADO DO PARANÁ
 GABINETE DO PREFEITO

V - Relação dos equipamentos urbanos que deverão ser proje
tados e executadas pelos interessados:

§ 1º - O prazo máximo para estudo e fornecimento das di
retrizes será de 30(trinta) dias neles não serão
 computados o tempo dispendido na prestação de
 esclarecimentos pela parte interessada.

§ 2º - A aceitação da Consulta Prévia não implica em a-
 provação da proposta do loteamento.

C A P Í T U L O V

DO ANTEPROJETO DE LOTEAMENTO

Art.8º) - Cumpridas as etapas do capítulo anterior e haven
do viabilidade de implantação do loteamento, o interessado apresenta-
 rá anteprojeto, de acordo com as diretrizes definidas pela Prefeitura
 Municipal, composto de:

§ 1º - Planta de situação da gleba a ser loteada, na es
cala de 1:10.000, em 02(duas) vias, com as seguin
tes informações:

- I. Orientação magnética e verdadeira;
- II. Equipamentos públicos e comunitários existen -
 tes num raio de 1.000m(mil metros);

§ 2º - Os desenhos do Projeto de Loteamento, na escala
 1:2.000, em 02(duas) vias, com as seguintes in-
 formações:

- I. Orientação magnética e verdadeira;
- II. Subdivisão das quadras em lotes, com as res -
 pectivas dimensões e numerações;
- III. Dimensões lineares e angulares do projeto, com
 raios, cordas, pontos de tangências e ângulos
 centrais das vias e cotas do projeto;
- IV. Sistema de vias com as respectivas larguras;
- V. Curvas de nível com equidistância de 01m.(um
 metro);



- VI. Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;
- a. Os perfis transversais serão apresentados na escala 1:500.
- VII. Indicação dos marcos de alinhamentos e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
- VIII. A indicação das áreas que perfazem, no mínimo 35%(trinta e cinco por cento) da área total loteada e que passarão ao domínio do Município e outras informações em resumo sendo:
- a. Áreas escriturada;
- b. Área loteada;
- c. Área destinada a circulação;
- d. Áreas verdes;
- e. Área institucionais;
- f. Área remanescente.

§ 3º - O prazo máximo para estudo e aprovação do anteprojeto, após cumpridas todas as exigências da Prefeitura Municipal pelo interessado, será de 60(sessenta) dias.

CAPÍTULO VI

Do Projeto de Loteamento

Art. 9º) - Aprovado o anteprojeto, o interessado apresentará o projeto definitivo, contendo:

§ 1º - Plantas e desenhos exigidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 8º desta Lei, em 04(quatro)vias.

§ 2º - Memorial Descritivo, contendo obrigatoriamente:

- I. Denominação do loteamento;
- II. A descrição sucinta do loteamento com suas características;



Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

III. As condições urbanísticas do loteamento e as limitações que incidem sobre os lotes e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

IV. Indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do Município no ato do registro do loteamento;

V. A enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários e dos serviços públicos e de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências.

§ 3º - Deverão, ainda, fazer parte do projeto de loteamento, as seguintes peças gráficas, em 02 (duas) vias, referentes à obras de infra-estrutura exigida, que deverão ser previamente aprovadas pelos órgãos competentes:

I. Anteprojeto, da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais, canalização em galerias ou canal aberto, com indicação das obras de arte, muros de arrimo, pontilhões e demais obras necessárias à conservação dos novos logradouros;

II. Anteprojeto da rede de abastecimento d'água;

III. Anteprojeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

§ 4º - Deverá ainda apresentar modelo de Contrato de Promessa de Compra e Venda, em 20 (duas) vias, a ser utilizado de acordo com a Lei Federal e demais cláusulas que especifiquem:

I. O compromisso do loteador quanto a execução das obras de infra-estrutura;

II. O prazo de execução de infra-estrutura constante nesta lei;

III. A condição de que os lotes só poderão receber construções depois de executadas as obras previstas no item XI do artigo 5º deste lei;



IV. A possibilidade de suspensão do pagamento das prestações pelo comprador, vencido o prazo e não executadas as obras, que passará a depositá-las, em juízo, mensalmente, de acordo com a Lei Federal;

V. O enquadramento do lote no Mapa de Zoneamento, definindo a zona de uso e os parâmetros urbanísticos incidentes.

§ 5º - Documentos relativos à gleba, em parcelamento, a serem anexados ao projeto definitivo:

I. Título de propriedade;

II. Ceridões negativas de Tributos Municipais.

§ 6º - As pranchas devem obedecer as características indicadas pela ABNT. (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

§ 7º - Todas as peças do projeto definitivo deverão ser assinadas pelo responsável técnico, mencionando seus registros no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, desta região e Prefeitura.

§ 8º - O prazo máximo para aprovação do projeto definitivo, após cumpridas pelo interessado todas as exigências da Prefeitura Municipal será de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO VII

DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO

Art. 10 - O pedido de licença para desmembramento e remembramento será feito mediante requerimento do interessado à Prefeitura Municipal, acompanhado do Título de propriedade e da planta do imóvel a ser desmembrado ou remembrado na escala 1:500, contendo as seguintes indicações:

I - Situação do imóvel, com as vias existentes e loteamento próximo;

II - Tipo de uso predominante no local;

III - Divisão ou agrupamento de lotes pretendido, com



respectivas áreas;

Art. 11 - Após examinada e aceita a documentação, será concedida a licença, sendo fornecido um Croqui Oficial para competente averbação no Registro de Imóveis.

Parágrafo Único - Somente após averbação, dos novos lotes no Registro de Imóveis, o Município poderá conceder licença para construção ou edificação nos mesmos.

Art. 12 - A aprovação do projeto a que se refere o artigo anterior só poderá ser permitida quando:

I - Os lotes desmembrados e/ou lembrados tiverem as dimensões mínimas para a respectiva zona, conforme Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

II - A parte restante do terreno ainda que edificado, compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as dimensões mínimas, previstas em lei.

Art. 13 - Aplicam-se ao desmembramento e remembramento, no que couber, todas as disposições aplicadas aos projetos de loteamento.

C A P Í T U L O VIII

Da Aprovação e do Registro de Loteamento

Art. 14 - Recebido o projeto definitivo de loteamento, com todos os elementos e de acordo com as exigências desta Lei, a Prefeitura Municipal procederá:

I - Exame da exatidão da planta definitiva com a aprovação como anteprojeto;

II - Exame de todos os elementos apresentados, conforme exigência do Capítulo VI.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal poderá exigir as modificações que se façam necessárias.

Art. 15 - Aprovado o projeto de loteamento e deferido o processo, a Prefeitura Municipal baixará Decreto de Aprovação



de projeto de Loteamento e expedirá o Alvará de Loteamento, no qual deverão constar as condições em que o loteamento é autorizado e as obras a serem realizadas, o prazo de execução e a indicação das áreas que passarão a integrar o domínio do Município no ato de seu registro.

Art. 16 - No ato de recebimento do Alvará de Parcelamento e da cópia do projeto aprovado pela Prefeitura, o interessado assinará um Termo de Compromisso no qual se obrigará à:

- I - Executar as obras de infra-estrutura referida no inciso X do artigo 5º;
- II - Executar as obras de consolidação e arrimo para a boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis à vista das condições viárias e sanitárias do terreno a arruar;
- III - Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura durante a execução das obras e serviços;
- IV - Não outorgar qualquer escritura de venda de lotes antes de concluídas as obras previstas nos itens I, II e III deste Artigo e de cumpridas as demais obrigações por esta lei ou assimidas no Termo de Compromisso;
- V - Utilizar modelo de Contrato de Compra e Venda, conforme exigência do § 4º do Art. 9º desta Lei.

§ 1º - As obras que constam no presente artigo e seus itens deverão ser previamente aprovados pelos órgãos competentes.

§ 2º - O prazo para a execução das obras



e serviços a que se referem os itens I, II deste artigo será combinado, entre o loteador e a Prefeitura, quando da aprovação do projeto de loteamento, não podendo ser, este prazo, superior a dois anos.

Art. 17 - No Alvará de Loteamento no Termo de Compromisso deverão constar especificamente as obras e serviços que o loteador é obrigado a executar e o prazo fixado para sua execução.

Art. 18 - Aprovado o Projeto de Loteamento, pela Prefeitura Municipal, e assinado o Termo de Compromisso, pelo loteador, este terá o prazo de 180(cento e oitenta) dias para submeter o loteamento ao Registro de Imóveis, sob pena de caducidade da aprovação:

Parágrafo Único - No ato do Registro do Projeto de Loteamento, o loteador transferirá ao Município, mediante escritura pública e sem qualquer ônus ou encargos para este, a propriedade das vias de circulação e das demais áreas, conforme incisos II e IV do Art. 5º desta Lei.

Art. 19 - O loteador deverá apresentar, em prazo fixado pela Prefeitura Municipal de, no máximo 120(cento e vinte) dias a partir da data de expedição do Alvará de Parcelamento, os seguintes projetos de execução, sob pena de caducar a aprovação do projeto de loteamento.

- I - Projeto detalhado de arruamento, incluindo planta com dimensões angulares e lineares dos traçados perfis longitudinais e transversais e detalhes dos meios-fios;
- II - Projeto detalhado da rede de escoamento das águas pluviais e superficiais e das obras de arte necessárias;
- III - Projeto de abastecimento e rede de água potável;
- IV - Projeto da rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;

Art. 20 - Uma vez realizadas todas as obras e serviços exigidos para o loteamento, o loteador ou seu representante legal requererá a Prefeitura através de requerimento que seja feita a vistoria através de seu órgão competente.



- § 1º - O requerimento do interessado deverá ser acompanhado de uma planta retificada do loteamento, que será considerada oficial para todos os efeitos.
- § 2º - Após a vistoria a Prefeitura expedirá um Laudo de vistoria e caso todas as obras estejam de acordo com as exigências municipais baixará também um Decreto de Aprovação da Implantação do Traçado e Infra-estrutura de Loteamento.
- § 3º - O loteamento poderá ser liberado em etapas desde que na parcela liberar esteja implantada e em perfeito funcionamento toda a infra-estrutura exigida por esta Lei.

Art. 21 - A Prefeitura só expedirá alvará para construir, reformar ou ampliar construções em terrenos de loteamentos, aprovados a partir desta data de vigência desta lei, cujas obras tenham sido vistoriadas e aprovadas.

Art. 22 - Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como a aprovação da Prefeitura Municipal, e deverá ser depositada no Registro de Imóveis, em complemento ao projeto original, com a devida averbação.

§ 1º - Em se tratando de simples alteração de perfis ou medidas resultantes em consequência de localização das ruas, o interessado apresentará novas plantas, de conformidade com o disposto na lei, para que lhe seja fornecido novo Alvará de Parcelamento pela Prefeitura Municipal.

§ 2º - Quando houver mudança substancial do plano, o projeto será examinado no todo ou na parte alterada, observando as disposições desta lei e aquelas constantes do Alvará ou do Decreto de aprovação, expedindo-se então o novo Alvará e baixando-se novo Decreto.

Art. 23 - A aprovação do plano de arruamento, loteamento ou desmembramento não implica em nenhuma responsabilidade, por parte da Prefeitura Municipal, quanto a eventuais divergências referentes a dimensões de quadras ou lotes, quanto ao direito de terceiros



em relação à área arruada, loteada ou desmembrada, nem para quaisquer indenizações decorrentes de traçados que não obedecem os arruamento de plantas limítrofes mais antigas ou as disposições legais aplicáveis.

C A P Í T U L O I X
D A S D I S P O S I Ç Õ E S F I N A I S

Art. 24 - Os proprietários dos loteamentos ou desmembramentos, efetuados sem a aprovação da Prefeitura e não inscritos no Registro de Imóveis, terão o prazo de 120 dias para regularizá-los adaptando-se às exigências legais, sob pena de serem anulados por não cumprirem o disposto no § 1º da Artigo 1º do Decreto Lei nº 58 de 10 de dezembro de 1937 e o § 2º do Art. 1º do Decreto nº 3.079 de 15 de setembro de 1938.

Art. 25 - Fica sujeito a cassação do alvará, embargo administrativo da obra e à aplicação de multa, todo aquele, que a partir da data da publicação desta Lei:

- I - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, desmembramento ou arruamento do solo para fins urbanos sem autorização da Prefeitura Municipal ou em desacordo com as disposições desta lei, ou ainda das normas federais e estaduais pertinentes;
- II - Dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento, desmembramento ou arruamento do solo para fins urbanos sem observância das determinações do projeto aprovado e do ato administrativo de licença;
- III - Registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelo órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direito ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não aprovado.

§ 1º - A multa a que se refere este artigo corresponderá de 10(dez) a 40(qua - renta) vezes o MVR. (Maior Valor de



Referência):

§ 2º - O pagamento de multa não eximirá o responsável das demais cominações legais; nem sana a infração, ficando o infrator na obrigação de legalizar as obras de acordo com as disposições vigentes:

§ 3º - A reincidência específica de infração acarretará, ao responsável pela obra, multa no valor do dobro da inicial, além da suspensão de sua licença para construir no Município pelo prazo de dois anos:

Artº 26 - Tão logo chegue ao conhecimento da Prefeitura Municipal após a publicação desta Lei, a existência de arreamento, loteamento ou desmembramento de terreno, construído sem autorização municipal, o responsável pela irregularidade, será notificado pela Prefeitura Municipal para pagamento da multa prevista e terá o prazo de 90 (noventa) dias para regularizar a situação do imóvel.

Parágrafo Único - Não cumpridas as exigências constantes da notificação será lavrado o auto de embargo, ficando proibida a continuação dos trabalhos, podendo ser solicitado, se necessário, o auxílio das autoridades judiciais e policiais do Estado:

Artº 27 - São passíveis de punição a bem do serviço público, conforme legislação específica em vigor, os servidores da Prefeitura que, direta ou indiretamente, fraudando o espírito da presente Lei, concedam ou contribuam para que sejam concedidas licenças, alvarás, certidões ou declarações irregulares ou falsas:

Artº 28 - Fazem parte integrante e complementar desta Lei os seguintes anexos:

I - Planta das Áreas Prioritárias - para Parcelamento;

II - Planta do Sistema Viário.

Artº 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:



Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

fls: 18

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 11(onze) dias do mês de novembro de 1988, 100º da República e 33º do Município.

Econ: Ivanir Francisco Ogliari

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se;

Lorena Isabel Marsaro

AGENTE ADMINISTRATIVA